

# Plano Nacional de Habitação

## PRODUTO 1 Versão Final

**Estrutura e mecanismos de participação  
durante a elaboração do PlanHab  
e definição das versões para discussão  
com as instâncias participativas**

Contrato nº 47000391, Ref. BID Nr: 4000007130  
BRA/00/019 – Habitar – BID

Setembro 2007

## Índice

<b>Introdução</b>	<b>01</b>
<b>I. Referências conceituais para a participação cidadã na elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab)</b>	<b>02</b>
<b>II. Metodologia Participativa</b>	<b>05</b>
2.1. Objetivos	05
2.2. Instâncias participativas	06
2.2.1. Grupo de Referência no Governo Federal	07
2.2.2. Grupo de Acompanhamento	08
2.3. Dinâmica e processo participativo	09
2.3.1. Etapas de discussão e atividades participativas	09
2.3.2. Cronograma de reuniões com as instâncias de participação do PlanHab	13
2.3.3. Cronograma das atividades de elaboração do PlanHab	15
<b>III. Divulgação e Comunicação</b>	<b>19</b>
3.1. Canais eletrônicos	19
3.1.1. Google Grupo PlanHab	19
3.1.2. Oficina Virtual	27
3.2. Modelos editoriais e materiais gráficos	27
3.2.1. Etapa de Sensibilização: apresentação da proposta - PlanHab	27
<b>Anexo 1: quadro do processo participativo</b>	<b>31</b>
<b>Anexo 2: folder</b>	<b>33</b>
<b>Anexo 3: caderno de textos</b>	<b>35</b>

## Introdução

O presente relatório visa cumprir o estabelecido no Contrato nº 47000391, Ref. BID Nr: 4000007130, BRA/00/019, Habitar – BID, no Item 5, do Anexo II, Termo de Referência, **PRODUTO 1 - Estrutura e Mecanismos de participação durante a elaboração do PlanHab e definição das versões para discussão com as instâncias participativas.**

Fazem parte da metodologia de participação ora apresentada: a identificação das instâncias participativas, as etapas de discussão, as dinâmicas de participação, considerando o conjunto de agentes da sociedade civil, de governo, entidades e órgãos integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, conforme estabelecido pela Lei 11.124/2005 e representantes de estados e municípios.

Observa-se que a proposta apresentada estará sujeita a ajustes e adequações a partir das reuniões com os diversos agentes públicos e da sociedade civil, em particular com o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Habitação e com os seguintes conselhos: Conselho Nacional das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CGFNHIS), Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (CCFGTS). No caso, as apresentações do PlanHab para os Conselhos e para o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Habitação ocorreram de 28 de agosto a 05 de setembro de 2007, em Brasília, e os principais resultados ali pactuados foram incorporados neste produto.

Faz parte também desse relatório a apresentação dos canais de divulgação e comunicação que estão sendo preparados para facilitar e ampliar a interlocução interna e para auxiliar no processo de discussão e de divulgação do Plano durante a fase de elaboração.

## **I. Referências conceituais para a participação cidadã na elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab)**

A participação e o controle social são elementos centrais na gestão democrática de políticas públicas. Criam condições para o estabelecimento de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade e contribuem para que os diversos grupos e segmentos sociais façam suas ponderações, além do fortalecimento das práticas democráticas.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), construído a partir de amplo processo de mobilização social ocorrido em escala nacional, define, em seu capítulo sobre a Gestão Democrática, (inciso II do artigo 2º) que a política urbana deve ser exercida com *“gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”*.

A partir dessa definição, o Ministério das Cidades instituiu instrumentos e mecanismos de gestão democrática das cidades, com destaque para a instalação do Conselho Nacional das Cidades e dos processos da primeira, segunda e, atualmente, terceira conferência das cidades realizadas na esfera federal, em estados e municípios. Esses espaços buscam propiciar o debate, a interlocução política e a deliberação, fortalecendo a participação dos diversos sujeitos coletivos presentes nas cidades, tendo a população como protagonista por meio de suas organizações e movimentos sociais.

Essas conferências das cidades discutiram diversas propostas para o desenvolvimento urbano, segundo diferentes perspectivas regionais que levaram em conta aspectos sócio-ambientais, culturais e socioeconômicos. Tais propostas incluem, especialmente, diretrizes para a implementação de uma política nacional de habitação capaz de aproveitar as potencialidades econômicas da produção habitacional e enfrentar o crescente déficit de moradias, que, aliado às precárias condições de habitabilidade, agravam os processos de exclusão territorial e obstruem as possibilidades de desenvolvimento humano nos setores populares das cidades brasileiras.

É preciso observar que as instâncias institucionalizadas de participação criadas pelo poder público não substituem as organizações próprias, autônomas e legítimas da sociedade civil, articuladas por meio de associações, movimentos sociais, fóruns, redes, sindicatos, federações, entidades empresariais, ONGs, Oscips, universidades e entidades profissionais, entre outras formas coletivas de atuação. Tais organizações da sociedade civil são diversas entre si e, às vezes, conflitantes e com interesses antagônicos. Por isso, a necessidade da metodologia participativa de incluir atividades junto a diferentes segmentos sociais e grupos de interesses cujos conflitos mútuos devem ser explicitados, compreendidos e mediados na perspectiva do interesse público.

No campo das políticas públicas é sempre importante consolidar propostas pactuadas e com bases sociais. A constituição de um Estado democrático pressupõe a criação de espaços públicos de participação e controle social capazes de propiciar o fortalecimento das organizações da sociedade civil.

Espaços de co-responsabilidade e com compartilhamento de decisões em torno de assuntos de interesses públicos e coletivos.

Ainda no que diz respeito às relações entre as organizações da sociedade civil e os espaços participativos, vale mencionar a necessidade de considerarmos a diversidade regional e cultural brasileira, que implica no reconhecimento de diferentes arranjos institucionais e informais de participação, além de considerarmos a diversidade das formas de morar encontradas no território. Nesse sentido, uma metodologia participativa deve garantir a representação dessa diversidade e incluir a equidade de gênero e étnico-racial como um pressuposto básico para a construção de uma sociedade sem desigualdades sociais e regionais, sem preconceitos e sem discriminações. Do ponto de vista da política habitacional, a diversidade regional, que se manifesta nas formas de produção da moradia, nos arranjos familiares, na capacidade de consumo e na participação social, tem sido pouco considerada, e a adoção de questões de gênero e étnico-raciais introduzem complexidades que exigem formas inovadoras de análises sobre as necessidades de moradia que influem diretamente na formulação de propostas. Tais complexidades revelam a imbricação cada vez maior entre o urbano e o rural, na medida em que boa parte das populações tradicionais, como as comunidades indígenas, remanescentes quilombolas e ribeirinhas, entre outras, vivem nesses dois contextos.

O controle social sobre o desenho das políticas públicas — como é o caso da Política de Habitação — sobre o orçamento e financiamento públicos, tendo em vista a melhor distribuição dos recursos e o combate às injustiças sociais é, em última instância, o objetivo maior da participação. Esse objetivo se justifica pela necessidade de superarmos as desigualdades territoriais e econômicas presentes na sociedade brasileira, garantindo que na interlocução com a sociedade se consolidem propostas mais adequadas às necessidades dos cidadãos e que resultem em medidas pactuadas entre os divergentes interesses existentes.

Entre os principais mecanismos de produção dessas desigualdades sócio-territoriais estão as forma de acesso à terra urbana e à provisão habitacional. A implantação das moradias em locais com melhores ou piores condições de acesso a serviços, equipamentos e infra-estruturas urbanas definem o maior ou menor grau de apropriação das riquezas coletivas. É correto dizer que o local da moradia faz a diferença no combate às desigualdades sócio-territoriais, como é reconhecido que em decorrência dessas desigualdades e em busca da abertura de espaços de participação, movimentos reivindicatórios acabaram por se articular nacionalmente, tornando-se um dos principais interlocutores na questão da moradia. É sempre importante lembrar que esses movimentos foram responsáveis, inclusive, pelo primeiro projeto de lei de iniciativa popular que, após anos de lenta análise e aprovação no Congresso Nacional, deu origem ao Fundo Nacional de Interesse Social, um dos principais pilares do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

A participação e o controle social têm, ainda, um caráter emancipatório ao capacitar e promover a apropriação de novos saberes — políticos, técnicos e populares — na perspectiva de constituição de sujeitos coletivos fortes e de uma nova cultura política no país, fundada na democracia e nos direitos sociais.

Com a inclusão de métodos pedagógicos, associados a procedimentos e técnicas de disseminação de informações, são ampliadas as possibilidades de debates sobre as políticas públicas e potencializado o caráter emancipatório mencionado anteriormente. Essa pedagogia participativa implica na troca de saberes entre os diferentes sujeitos políticos envolvidos na construção de diretrizes e propostas. Daí a importância da realização de discussões e atividades de sensibilização logo nas primeiras etapas do processo participativo, quando são elaboradas análises sobre os diferentes aspectos da realidade que subsidiam a formulação de políticas públicas.

Nessa direção, o processo de elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) deve promover a interlocução do conjunto de agentes públicos e da sociedade civil, como, por exemplo, conjunto de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Habitação, representantes de estados e municípios, Conselho Nacional das Cidades, Câmara Técnica de Habitação, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CGFNHIS), Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (CCFGTS), movimentos sociais, representação empresarial, ONGs e universidades.

O processo participativo para a elaboração do PlanHab precisa conter as dimensões relacionadas com o fortalecimento da sociedade civil e das práticas democráticas, a equidade de gênero e étnico-racial, a mediação de conflitos e a construção de pactos coletivos, a pedagogia cidadã e a disseminação de informações.

Concebe-se o Plano Nacional de Habitação não como um “documento técnico” elaborado em gabinetes, restrito ao envolvimento de técnicos e especialistas, mas como uma construção coletiva baseada em co-relações de forças políticas e em diferentes interesses e objetivos coletivos, muitas vezes conflitantes, representados por diversos agentes e atores, públicos e privados. Todos os segmentos envolvidos no processo buscam desenhar alternativas de enfrentamento ao déficit habitacional, à inadequação das moradias, às desigualdades e exclusões socioterritoriais e aos graves problemas relativos às vulnerabilidades sociais existentes nas cidades brasileiras, em especial nos assentamentos precários das grandes metrópoles localizadas na zona costeira e nos pólos regionais distribuídos nas partes mais interiorizadas do país por meio da interlocução e participação nos canais de participação existente.

O processo de construção coletiva envolve divulgação, transparência, sensibilização, escuta, diálogo, respeito às posições divergentes, negociação, pactuação e participação nas definições de políticas públicas. Significa o reconhecimento de que a participação é um direito dos cidadãos, consagrado nos marcos jurídicos da política urbana brasileira, e o caminho para a constituição de uma sociedade democrática.

A complexidade e a gravidade dos problemas habitacionais presentes nas cidades inscritas em diferentes regiões, com contextos culturais, políticos, ambientais e socioeconômicos distintos, impõem a necessidade de incorporar uma pluralidade de avaliações, pontos de vista, perspectivas analíticas e capacidades propositivas.

O PlanHab deverá ser o resultado de um amplo processo participativo, garantindo a interlocução privilegiada com os entes federativos, os agentes operadores da política habitacional e com os representantes dos diversos segmentos organizados da sociedade civil. Os objetivos, diretrizes, planos, programas e ações serão baseados em estudos e cenários econômicos, financeiros, demográficos, urbanos, sócio-ambientais, fundiários, jurídicos e institucionais elaborados por especialistas, mas discutidos com atores sociais, políticos e institucionais organizados nas regiões, segundo a hierarquia federativa do país. Tais discussões visam à exploração das possibilidades abertas por esses estudos, a partir de interlocuções com vários setores sociais.

O processo de elaboração do PlanHab deve ser considerado também como um espaço de capacitação dos entes federativos e agentes operadores da política habitacional, criando oportunidades de adesão ao SNHIS e contribuindo com a implementação e consolidação do Sistema Nacional de Habitação. Sua formulação deverá servir como referência nacional para a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Habitação, que deverão ser elaborados, de forma participativa, por Estados e Municípios, conforme exigência da Lei Federal 11.124/2005, fruto, como já foi mencionado, de Projeto de Lei de iniciativa popular.

## **II. Metodologia Participativa**

### **2.1. Objetivos**

Com base nos princípios democráticos, pedagógicos e eqüitativos que orientam a formulação de políticas públicas, a metodologia participativa proposta tem objetivos de ordem geral e específicos.

Os objetivos gerais podem ser enunciados do seguinte modo:

- Consolidar, com base em pactos e propostas construídas coletivamente, as diretrizes e metas do Plano Nacional de Habitação a partir de escutas, discussões e debates junto a diversos atores sociais e institucionais das diferentes regiões do país;
- Identificar, mediar e encaminhar propostas com bases sociais a partir da leitura e explicitação dos principais conflitos entre interesses divergentes existentes no campo da política habitacional brasileira na conjuntura atual;
- Articular instrumentos de planejamento habitacional e as instâncias federativas, com seus respectivos atores institucionais na estruturação do Sistema Nacional de Habitação, de uma maneira geral, e de Interesse Social, de modo específico;
- Estabelecer critérios para a distribuição de recursos e prioridades de atendimento de acordo com as necessidades habitacionais identificadas.

Os objetivos específicos da metodologia participativa para a elaboração do PlanHab são:

- Alavancar canais permanentes de interlocução com setores governamentais, de diferentes níveis da federação, e com segmentos da sociedade civil envolvidos na formulação e implementação de políticas habitacionais;
- Disseminar, por via eletrônica, um conjunto de informações sobre os diferentes aspectos dos processos de elaboração do PlanHab, para promover a transparência do seu processo de elaboração;
- Sensibilizar diferentes segmentos governamentais e da sociedade civil organizada para participarem em atividades voltadas à elaboração do PlanHab;
- Captar os diferentes pontos de vista, segundo perspectivas regionais e dos grupos de interesse, que referenciam as diversas questões relacionadas com o tema habitacional no país;
- Garantir e fortalecer a participação social e popular nos canais institucionais de gestão democrática, conforme suas atribuições relacionadas diretamente com as questões habitacionais do país, em especial os órgãos colegiados que atuam com a política habitacional (conselhos gestores federal, estaduais e municipais, câmaras técnicas, canais de articulações intersetoriais entre conselhos gestores);
- Garantir a interlocução com uma gama ampla e diversificada dos agentes promotores da habitação como, por exemplo, os movimentos sociais que lutam pela moradia, cooperativas habitacionais, empresas privadas, órgãos técnicos estatais e de economia mista, organizações não-governamentais, entidades representativas de profissionais especializados;
- Colher, sistematizar e analisar informações qualitativas e quantitativas sobre as necessidades habitacionais em diversos contextos locais;
- Buscar o entendimento, o mais completo possível, dos programas e ações de governos estaduais e municipais voltados para enfrentar os problemas habitacionais em contextos regionais e locais;
- Conhecer, do ponto de vista dos atores sociais envolvidos com a problemática habitacional, os principais entraves políticos, técnicos, financeiros e institucionais existentes nos processos de promoção e acesso habitacional.

## **2.2. Instâncias Participativas**

A metodologia participativa deve alavancar instâncias permanentes de interação e interlocução com setores governamentais e da sociedade civil para dar referências políticas e técnicas ao trabalho e acompanhar o “passo a passo” da construção do PlanHab, através do diálogo e discussão dos produtos elaborados. Essas instâncias devem sustentar a continuidade das discussões, garantindo maior consistência com outros processos coletivos de formulação e debates em torno das políticas habitacionais. Nesse sentido, propõe-se que sejam

organizados: o Grupo técnico de acompanhamento no Governo Federal (GT) e o Grupo de Acompanhamento (GA), respectivamente compostos por representantes governamentais e da sociedade civil.

A constituição do Grupo técnico de acompanhamento no Governo Federal é de fundamental importância, pois todos os processos do PlanHab devem ser coordenados pelo Ministério das Cidades, representado pela Secretaria Nacional de Habitação. Esse grupo deve estar a par de todos os detalhes do trabalho, para tomar e encaminhar decisões políticas nos momentos necessários e contribuir com o arbitramento de questões, além da definição técnica ao longo da elaboração do Plano.

Já a constituição do Grupo de Acompanhamento parte do entendimento da importância da interlocução com os órgãos colegiados nacionais responsáveis pela gestão de vários componentes afetos à política habitacional: Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), com seu respectivo Comitê Técnico de Habitação, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CCFNHIS), composto por conselheiros do ConCidades, Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (CCFGTS).

A existência desses Grupos facilita análises coletivas, aferições de conclusões e eventuais correções de rota nos processos de elaboração do PlanHab que, como qualquer processo de formulação de políticas públicas, passa por interferências externas e conjunturais. Tais interferências podem exigir mudanças no calendário de atividades participativas, redefinição de acordos em torno de alterações de prazos e conteúdos, revisão metodológica, construção de pactos capazes de superar situações de conflitos entre posições, visões e interesses antagônicos.

A atuação das entidades e instituições representadas pelos membros desse Grupo de Acompanhamento será de abrangência nacional. Pode-se articular parcerias com essas entidades e instituições, de modo a inserir pautas do PlanHab nas suas atividades públicas. Pode-se, ainda, potencializar a metodologia participativa de elaboração do PlanHab aproveitando outros canais e redes das entidades e instituições presentes no Grupo de Acompanhamento. Nesse sentido, esse Grupo pode ampliar as atividades participativas previstas na metodologia do PlanHab desdobrando as discussões e ramificando os canais de interlocuções.

### **2.2.1. Grupo técnico de acompanhamento no Governo Federal**

Este Grupo técnico de acompanhamento (GT) será coordenado pela Secretaria Nacional de Habitação; seus membros devem ser indicados pela SNH e na medida da necessidade, poderá incorporar profissionais de outras áreas de Governo federal que tiverem envolvimento com o setor habitacional. A indicação está prevista para acontecer durante o mês de setembro de 2007. Estão previstas também, reuniões periódicas.

O GT é a instância de interlocução permanente entre a equipe de consultoria e os representantes do Ministério das Cidades. Essa interlocução se dará, principalmente, em torno das questões técnicas, metodológicas e políticas

atinentes à elaboração do PlanHab. O GT deverá fornecer documentos do Ministério das Cidades que possam subsidiar a elaboração do PlanHab, analisar os produtos elaborados pela equipe de consultoria, discutir os pontos conflituosos identificados no acompanhamento geral de todas as etapas do trabalho, sugerir alterações e mediar decisões e tomadas de posições.

Os membros do GT estarão conectados com todos os atores sociais envolvidos na elaboração do PlanHab por meio dos canais eletrônicos descritos abaixo. Poderão interagir utilizando todos os recursos disponíveis.

### 2.2.2. Grupo de Acompanhamento

O Grupo de Acompanhamento (GA) deverá contar com a participação de um núcleo de indicados do CTH/ConCidades, Conselho Gestor do FNHIS, Conselho Curador do FGTS, cujas representações contemplam a totalidade de segmentos envolvidos em todos os fóruns de participação constituídos.

Ao mesmo tempo, a representação dos vários conselhos em um único espaço de formulação, com suas óticas e interesses específicos, representa uma importante oportunidade de articular setores da política habitacional, visando a criação de metas e objetivos comuns, e de redesenhar campos específicos institucionais como complemento de atuação.

Tal interlocução deve referenciar-se nas análises sobre as realidades nacionais e regionais, na superação de obstáculos e vínculos institucionais, entre outras, e na formulação de propostas para o PlanHab. Essa função deve incluir, também, a capilarização dos processos de disseminação de informes, calendários, documentos, entre outros materiais. Capilarização essa que potencializa a socialização de discussões e dos produtos elaborados pela equipe de consultores. Coloca-se, assim, a socialização como premissa básica para qualificar os debates sobre a indicação de cenários e proposição de desenhos para o Plano Nacional de Habitação.

O Grupo de Acompanhamento (GA) deve ser formado durante o mês de setembro de 2007, com composição dos Conselhos Nacionais mencionados anteriormente. No quadro abaixo sugere-se a seguinte composição:

	CTH/ConCidades CGFNHIS	CCFGTS	Total
<b>Movimentos populares</b>	4	-	<b>4</b>
<b>Profissionais, Acadêmicos e de Pesquisa</b>	1	-	<b>1</b>
<b>ONGs</b>	1	-	<b>1</b>
<b>Trabalhadores</b>	1	1	<b>2</b>
<b>Empresários</b>	1	1	<b>2</b>
<b>Poder Público Municipal</b>	2	-	<b>2</b>
<b>Poder Público Estadual</b>	2	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>

Propõe-se que o Grupo de Acompanhamento, tenha duas reuniões específicas, a primeira em fins de novembro de 2007 (ou início de dezembro),

após a realização de seminários regionais para avaliar e discutir cenários e estratégias, e a segunda em fins de janeiro de 2008, para discussão do desenho preliminar (pré-proposta) do PlanHab.

A exemplo do GT, os membros do GA também estarão conectados com os demais atores envolvidos na elaboração do PlanHab, por intermédio dos canais eletrônicos de comunicação.

## 2.3. Dinâmica e processo participativo

### 2.3.1. Etapas de discussão e atividades participativas

A elaboração do Plano Nacional de Habitação está prevista para o período de agosto de 2007 a fevereiro de 2008. O processo participativo se efetivará durante todo período, procurando estabelecer um diálogo aberto e permanente que possibilite a escuta das propostas e anseios da sociedade e o amadurecimento do PlanHab.

Durante o processo participativo buscar-se-á combinar a constituição das instâncias de acompanhamento do trabalho realizado pela equipe contratada com espaços específicos de participação, como seminários nacionais e regionais, discussões com segmentos da sociedade civil organizada, mesas com especialistas e representantes de organizações, reuniões com o Conselho Nacional das Cidades, Conselho Gestor do FNHIS, Conselho Curador do FGTS, etc. Propõe-se, também, a criação de um canal eletrônico para divulgação de informes, comunicação e discussão a distância, descritos abaixo.

Estão previstas três grandes etapas de discussão nacional:

<b>Etapas</b>
<p><b>a) Sensibilização: apresentação da proposta do PlanHab</b>                      – nesta etapa estão previstas reuniões com o Fórum de Secretários Estaduais de Habitação e com os Conselhos – Cidades/ CTH, FNHIS e Conselho Curador do FGTS, para apresentar a proposta, discutir a constituição do GA, seminários regionais e calendário de reuniões;</p>
<p><b>b) Aprofundamento de cenários e estratégias</b>                      – nesta etapa estão previstos seminários regionais, oficinas com os diversos atores e mesas com especialistas e apresentação aos Conselhos – Cidades/ CTH, FNHIS e Conselho Curador do FGTS;</p>
<p><b>c) Debate da proposta do PlanHab – “versão para debate”</b>                      – nesta etapa está prevista a realização de seminário nacional para apresentação da proposta final – versão para debate.</p>

Compreende-se que a proposta final – versão para debate – apresentada pela consultoria deverá ser submetida ao debate com a sociedade em geral, a partir do estabelecimento de um prazo para apreciação e apresentação de propostas e sugestões, que devem ser sistematizadas e consolidadas para, finalmente, serem submetidas à aprovação da Secretaria Nacional de Habitação e do Conselho Nacional das Cidades.

## Atividades Participativas

Em cada uma das três etapas estão previstas atividades que propiciarão a participação dos diversos agentes promotores da habitação no país, conforme o quadro a seguir.

Etapas de discussão	Atividades participativas	Objetivos
<p><b>Sensibilização informes sobre a elaboração do PlanHab e constituição das instâncias participativas</b></p>	<p>Reunião do Fórum de Secretários Estaduais de Habitação e Associação Brasileira de Cohabs (ABC)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– informar sobre a elaboração do PlanHab;</li> <li>– apresentar e discutir os eixos de análises e a proposta de metodologia participativa;</li> <li>– definir data para realizar a primeira reunião do GA (junto com GT);</li> <li>– discutir e pactuar as formas de organização e realização dos seminários regionais;</li> <li>– solicitar dados, informações e estudos quantitativos e qualitativos sobre as especificidades locais e regionais das necessidades habitacionais;</li> <li>– solicitar dados e informações sobre os investimentos em habitação nos estados, incluindo sua produção habitacional e seus respectivos programas habitacionais;</li> <li>- solicitar o apoio financeiro dos Governos de Estado ao deslocamento e à alimentação dos representantes dos movimentos populares nos Seminários de sua região.</li> </ul>
	<p>Reuniões com o Conselho Nacional das Cidades / CTH, CGFNHIS, CCFGTS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– informar sobre a elaboração do PlanHab;</li> <li>– apresentar e discutir os eixos de análises e a proposta de metodologia participativa;</li> <li>– tirar representação para o GA (junto com GT);</li> <li>– definir data para a realizar a primeira reunião do GA;</li> <li>– definir calendários e estratégias para a realização, em parcerias com os membros do GA, de oficinas e seminários específicos.</li> </ul>
	<p>Reunião com o GT – Grupo técnico de acompanhamento do Governo Federal</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– acompanhar e discutir cada etapa de trabalho;</li> <li>– consolidar o calendário para realização dos seminários regionais, oficinas e seminários específicos;</li> <li>– definir prazos e responsabilidades para a realização dos seminários regionais, oficinas e seminários específicos;</li> <li>– discutir a programação dos seminários regionais, oficinas e seminários específicos;</li> <li>– discutir preliminarmente os objetivos, as diretrizes e os principais componentes do PlanHab;</li> <li>– discutir conteúdos e a proposta de estrutura organizacional do PlanHab.</li> </ul>
	<p>Reunião técnica com GT – Grupo técnico de acompanhamento do Governo Federal – e demais consultores do Ministério das Cidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– discutir os resultados dos estudos contratados pelo Ministério das Cidades e suas interfaces com a elaboração do PlanHab.</li> </ul>

Etapas de discussão	Atividades participativas	Objetivos
	Reunião com o GA - Grupo de Acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>– acompanhar o desenvolvimento do trabalho;</li> <li>– pactuar prazos e responsabilidades para a realização dos seminários regionais, oficinas e seminários específicos;</li> <li>– pactuar a programação dos seminários regionais, oficinas e seminários específicos;</li> <li>– discutir, se possível, os resultados preliminares dos eixos de análises;</li> <li>– discutir propostas para o PlanHab.</li> </ul>
<b>Aprofundamento de cenários e estratégias</b>	Seminários regionais (NO/NE/SE/S/CO) organizados com a participação dos secretários estaduais de Habitação e membros do Grupo de Acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>– discutir e pactuar leituras sobre cenários e estratégias segundo enfoques específicos dos estados e regiões, com base nos resultados dos eixos de análise desenvolvidos pelos consultores;</li> <li>– pactuar os objetivos e diretrizes principais a serem perseguidos pelo PlanHab;</li> <li>– captar dados, informações, análises e problemáticas locais e regionais relacionadas com as questões habitacionais, investimentos e experiências de políticas públicas voltadas para esse setor;</li> <li>– captar as diferentes visões sobre as necessidades e soluções habitacionais segundo as perspectivas regionais;</li> <li>– mapear os principais pontos de conflitos e divergências entre atores sociais em torno da questão habitacional;</li> <li>– levantar expectativas e propostas iniciais dos participantes para serem trabalhadas no PlanHab;</li> <li>– identificar entraves institucionais, legais e financeiros para a integração da política e implementação do plano.</li> </ul>

Etapas de discussão	Atividades participativas	Objetivos
	<p>Oficinas e seminários específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos sociais de moradia e Fórum Nacional da Reforma Urbana,</li> <li>- Representantes da cadeia produtiva da construção civil (CBIC, SECOVI)</li> <li>- Entidades de categorias profissionais (Confea, Fisenge, FNA, IAB, CFESS)</li> <li>- Outros: Frente Parlamentar pela Reforma Urbana, Frente de Vereadores pela Reforma Urbana, OAB, Associação dos Notários Registradores (Anoreg), Instituto de Registros de Imóveis do Brasil (Irib), Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano (Aelo) e movimentos nacionais ambientalistas</li> <li>- Entidades representantes de Prefeituras (CNM, associações microrregionais, etc)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- discutir e pactuar leituras sobre cenários e estratégias segundo enfoques específicos dos segmentos e tendo por base os resultados dos eixos de análise;</li> <li>- pactuar os objetivos e diretrizes principais a serem perseguidos pelo PlanHab;</li> <li>- captar dados, informações, análises e problemáticas locais e regionais relacionadas com as questões habitacionais e experiências de políticas públicas voltadas para esse setor;</li> <li>- levantar expectativas e propostas iniciais para serem trabalhadas no PlanHab;</li> <li>- ouvir os diversos agentes sociais sobre cenários e estratégias enfatizando a experiência específica de cada segmento social;</li> <li>- mapear os diversos interesses e pontos de conflito entre os segmentos sociais em torno das questões habitacionais.</li> </ul>
	<p>Reuniões com o GT – Grupo Técnico de Acompanhamento do Governo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- discutir os resultados dos eixos de análise desenvolvidos pelos consultores, com seus respectivos cenários e proposições;</li> <li>- avaliar os seminários regionais;</li> <li>- discutir a versão preliminar do PlanHab, identificando os principais pontos de conflito e as necessidades de ajustes e complementações.</li> </ul>
	<p>Reuniões com o GA – Grupo Acompanhamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apresentar e debater versão preliminar do PlanHab com eventuais ajustes e complementações identificadas nas discussões com o GT;</li> <li>- acompanhar e discutir o trabalho, cenários, estratégias e propostas;</li> <li>- debater propostas divergentes e/ou conflitantes;</li> <li>- identificar lacunas e apontar recomendações para estudos de aprofundamento.</li> </ul>
<p><b>Apresentação da proposta do PlanHab para debate</b></p>	<p>Seminário com membros do Conselho Nacional das Cidades, Conselho Gestor do FNHIS e Conselho Curador do FGTS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apresentar e discutir a versão para debate do PlanHab;</li> <li>- colher a apreciação da proposta por parte dos participantes para a redação final do documento.</li> </ul>
	<p>Seminário com o Fórum de Secretários de Habitação para discutir o Plano Nacional de Habitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apresentar e discutir a versão para debate do PlanHab;</li> <li>- colher a apreciação da proposta por parte dos participantes para a redação final do documento.</li> </ul>

### 2.3.2. Cronograma de reuniões com as instâncias de participação do PlanHab

As atividades ora apresentadas tiveram uma primeira discussão pública por ocasião de reunião de Planejamento Estratégico da Secretaria Nacional de Habitação, ocorrida em 13 de julho, coordenada pelo Sr. Granado e com a presença de grande parte dos técnicos da SNH (no anexo 1 encontra-se o resultado desse cronograma).

Instâncias de participação	Ago/07		Set/07		Out/07		Nov/07		Dez/07		Jan/08		Fev/08		Mar/08		Cont.
	1ªQ	2ªQ															
<b>Conselhos</b>																	
Apresentação do PlanHab		■	■														
Seminário com CNC/CTH, CCFGTS e CGFNHIS para discutir a versão para debate do PlanHab com ajustes e complementos													■	■			
<b>Fórum dos Secretários Estaduais</b>																	
Reunião com Fórum de Secretários Estaduais de Habitação para apresentação do Plano e pactuação da organização dos Seminários Regionais		■															
Realização dos seminários regionais para discutir diretrizes, metas, cenários e estratégias para o PlanHab					■	■	■	■									
Seminário com fórum de secretários estaduais de habitação para discutir versão para debates do PlanHab													■	■			

Instâncias de participação	Ago/07		Set/07		Out/07		Nov/07		Dez/07		Jan/08		Fev/08		Mar/08		Cont.
	1ªQ	2ªQ															
<b>Grupo Técnico de Acompanhamento do Governo (GT)</b>																	
Reunião com GT para organizar providências e calendários dos seminários regionais, oficinas e seminários específicos																	
Avaliação dos seminários regionais																	
Reunião com o GT para discutir os resultados dos eixos de análise que estruturam o PlanHab																	
Reunião com o GT para discutir versão para debate do PlanHab e identificar conflitos e necessidades de ajustes e complementos																	
<b>Grupo de Acompanhamento</b>																	
Comunicação com GA para pactuar prazos, providências e responsabilidades para organizar oficinas e seminários específicos																	
Organizar as oficinas e seminários específicos junto com entidades do GA comprometidas com as atividades																	
Reunião com o GA para discutir os resultados dos eixos de análise que estruturam o PlanHab																	
Reunião com o GA para discutir versão para debate do PlanHab e captar críticas, sugestões e complementos																	

### 2.3.3 Cronograma das atividades de elaboração do PlanHab

Atividades	Ago/07		Set/07		Out/07		Nov/07		Dez/07		Jan/08		Fev/08		Mar/08		Cont.
	1ªQ	2ªQ															
Consolidação dos grupos de consultores segundo eixos de análise que estruturam e fundamentam propostas para o PlanHab																	
Elaboração dos estudos correspondentes aos eixos de análise que estruturam e fundamentam propostas para o PlanHab																	
Criação de canais eletrônicos para conectar os consultores, GT, GA e atores sociais envolvidos com a elaboração do PlanHab																	
Operação dos canais eletrônicos para enviar informes, calendários, documentos, arquivos digitais, bancos de dados, etc.																	
Definição de uma logomarca do PlanHab para inserção nos materiais gráficos, documentos e canais de comunicação																	
Elaboração de um folder de apresentação do PlanHab para distribuir nas reuniões com o fórum de secretários e conselheiros																	
Reunião com Fórum de Secretários Estaduais de Habitação para pactuar organização dos Seminários Regionais																	
Reunião com CNC/CTH, CCFGTS e CGFNHIS para definir o GA e começar a organizar oficinas e seminários específicos																	

Atividades	Ago/07		Set/07		Out/07		Nov/07		Dez/07		Jan/08		Fev/08		Mar/08		Cont.
	1ªQ	2ªQ															
Reunião com GT para organizar providências e calendários dos seminários regionais, oficinas e seminários específicos																	
Organizar os seminários regionais junto com os secretários estaduais de habitação comprometidos com a atividade																	
Comunicação com GA para pactuar prazos, providências e responsabilidades para organizar oficinas e seminários específicos																	
Organizar as oficinas e seminários específicos junto com entidades do GA comprometidas com as atividades																	
Reunião com GT e demais consultores do MCidades para discutir subsídios e interfaces com a elaboração do PlanHab																	
Elaboração de uma publicação (Cadernos de textos) com os cenários e proposições definidos a partir dos eixos de análise para distribuição pública																	
Realização dos seminários regionais para discutir diretrizes, metas, cenários e estratégias para o PlanHab																	
Compilar e sistematizar os resultados obtidos nos seminários regionais realizados com secretarias estaduais de habitação																	
Avaliar com GT os seminários regionais																	

Atividades	Ago/07		Set/07		Out/07		Nov/07		Dez/07		Jan/08		Fev/08		Mar/08		Cont.
	1ªQ	2ªQ															
Realização das oficinas e seminários específicos para discutir diretrizes, metas, cenários e estratégias para o PlanHab																	
Compilar e sistematizar os resultados das oficinas e seminários específicos realizados com entidades do GA																	
Reunião com o GT para discutir os resultados dos eixos de análise que estruturam o PlanHab																	
Reunião com o GA para discutir os resultados dos eixos de análise que estruturam o PlanHab																	
Reunião com o GT para discutir versão para debate do PlanHab e identificar conflitos e necessidades de ajustes e complementos																	
Incorporação de ajustes e complementações na versão para debate do PlanHab a partir das discussões com o GT																	
Reunião com o GA para discutir versão para debate do PlanHab e captar críticas, sugestões e complementos																	
Incorporação de ajustes e complementações na versão para debate do PlanHab a partir das discussões com o GA																	
Elaboração de uma publicação simples, com tiragem limitada, para distribuição junto aos conselheiros e membros do fórum de secretários da versão do Plano para debates.																	

Atividades	Ago/07		Set/07		Out/07		Nov/07		Dez/07		Jan/08		Fev/08		Mar/08		Cont.
	1ªQ	2ªQ															
Seminário com CNC/CTH, CCFGTS e CGFNHIS para discutir a versão para debate do PlanHab com ajustes e complementos																	
Seminário com fórum de secretários estaduais de habitação para discutir versão para debates do PlanHab																	
Incorporação de ajustes e complementos na versão para debate do PlanHab a partir dos seminários com conselhos e fórum de secretários																	
Elaboração de uma publicação com a versão para debate do PlanHab ajustada e complementada para distribuição nacional																	
Recebimento de críticas e sugestões à versão para debate do PlanHab a partir de manifestações da sociedade em geral																	
Compilação e sistematização das sugestões encaminhadas pela sociedade segundo os eixos de análise que estruturam o PlanHab																	
Análise das sugestões encaminhadas pela sociedade para incorporação, ou não, ao PlanHab																	
Consolidação da versão final do PlanHab para publicação nos meios oficiais do governo federal (ou de cartilha)																	
Realização de Seminários Estaduais para Debate do PlanHab																	

### **III. Divulgação e Comunicação**

Com o objetivo de apoiar o processo participativo e ampliar a comunicação entre os membros do Grupo de Acompanhamento, e entre os consultores do PlanHab, estão sendo implantados meios de comunicação eletrônicos, com objetivos específicos que serão detalhados no item 3.1 a seguir. Dirigido a um público mais amplo relacionado aos Conselhos e presente nos Seminários organizados por regiões do país, antecipa-se a necessidade de um conjunto de produtos impressos, produzidos ao longo do processo de elaboração do Plano, de modo a subsidiar e facilitar a interação com esse público. Esses materiais serão descritos no item 4.2 deste relatório.

#### **3.1. Canais eletrônicos**

No processo de elaboração do PlanHab serão utilizados dois canais eletrônicos de comunicação operados pela internet: um Google Grupo PlanHab, de acesso aberto a vários participantes previamente cadastrados por um administrador, e uma Oficina Virtual criada especialmente para a elaboração do Plano, de acesso restrito ao Grupo técnico de acompanhamento no Governo, ao Grupo de Acompanhamento e à equipe de consultores envolvidos nos trabalhos.

Esses canais eletrônicos são necessários para conectar o conjunto de pessoas diretamente envolvidas nas diversas atividades de elaboração do PlanHab, em especial os membros do Grupo técnico de acompanhamento (GT) no governo e do Grupo de Acompanhamento (GA). Seus potenciais participantes vivem e atuam espalhadas em diferentes pontos do território nacional e precisam estar em comunicação constante para troca de informações, intercâmbio de idéias, discussões sobre conteúdos, entre outras ações conjuntas.

##### **3.1.1. Google Grupo PlanHab**

O Google Grupo PlanHab é abrangente e com possibilidades para interligar um grande número de participantes, como lideranças comunitárias, representantes dos movimentos sociais, quadros de instituições envolvidas com a provisão habitacional, secretários estaduais e municipais de habitação ou desenvolvimento urbano, gestores públicos, parlamentares, técnicos, profissionais, membros da sociedade civil organizada, entre outros. Trata-se de um espaço virtual criado no Google Grupos cujo endereço é [planhab@googlegroups.com](mailto:planhab@googlegroups.com).

Apesar de abrangente, o acesso a esse espaço é controlado por um administrador responsável pela inclusão dos endereços eletrônicos das pessoas envolvidas com o processo de elaboração do PlanHab. Somente o administrador possui autorização para incluir ou excluir novos membros. Portanto, não há risco de inundar as caixas de entrada dos membros do grupo

com outras mensagens que não possuem relação direta com a elaboração do PlanHab, tais como banners de propaganda e anúncios pop-ups.

Quando o administrador do Google Grupo PlanHab cadastra os endereços eletrônicos dos atores sociais estratégicos para discutir as análises e propostas, todos recebem uma mensagem com o convite para se inscrever no Grupo. No corpo da mensagem-convite constará o endereço do Grupo, para postar mensagens e acessar outros tipos de arquivos digitais.

Uma vez cadastradas, essas pessoas podem utilizar o endereço [planhab@googlegroups.com](mailto:planhab@googlegroups.com) para enviar, por meio de mensagens curtas, opiniões, informes e relatos para todos os grupos. Essas mensagens chegarão até as caixas de entrada de todos os membros do Grupo.

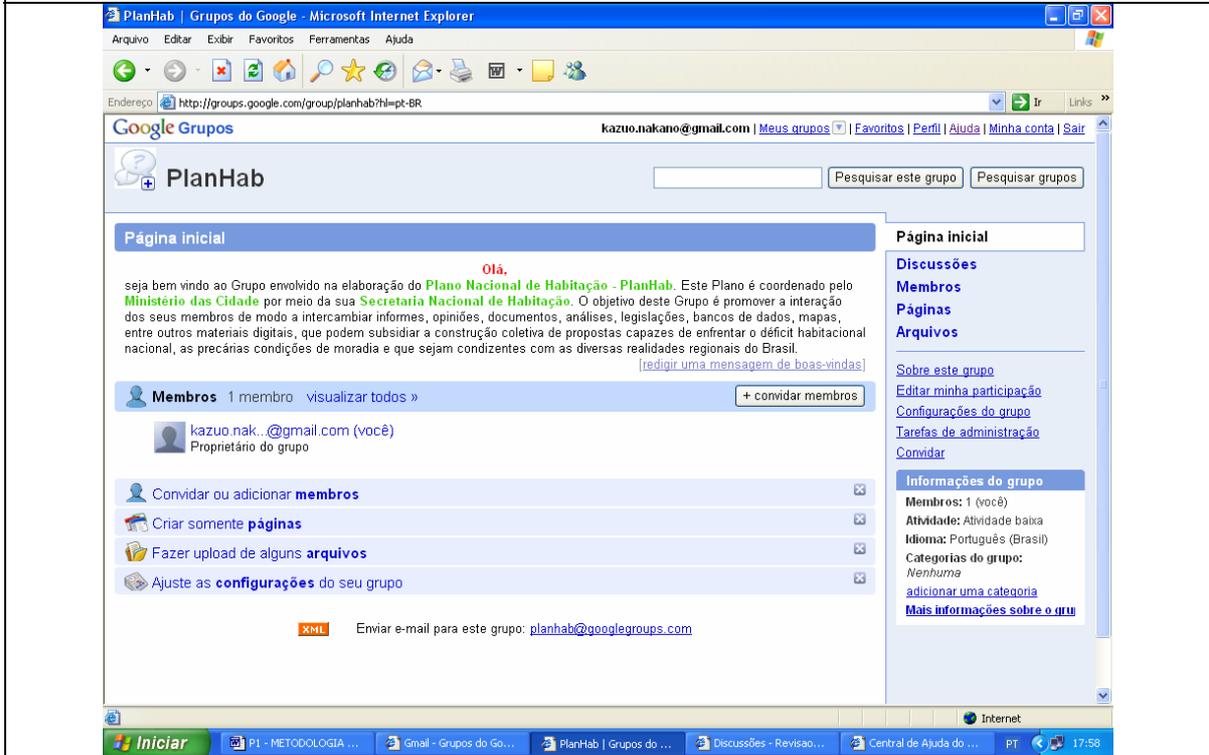
Caso queiram compartilhar arquivos maiores (com até 10 Mb), pode-se utilizar o endereço <http://groups.google.com/group/planhab/about?hl=pt-BR>. Uma vez inseridos esses arquivos, os membros do Grupo recebem uma mensagem para acessar materiais como mapas, imagens, documentos extensos, bancos de dados, entre outros conteúdos digitais.

Na página inicial do administrador do Google Grupo PlanHab constam os vários recursos disponíveis na ferramenta como, por exemplo, o gerenciador para enviar mensagens ao Grupo, o gerenciador para solicitar a inclusão de endereços na lista de membros do grupo, o gerenciador que possibilita editar e discutir páginas de texto coletivamente, o espaço para distribuição de arquivos digitais para os membros do Grupo e os comandos para ajustar as várias configurações do Grupo como, por exemplo:

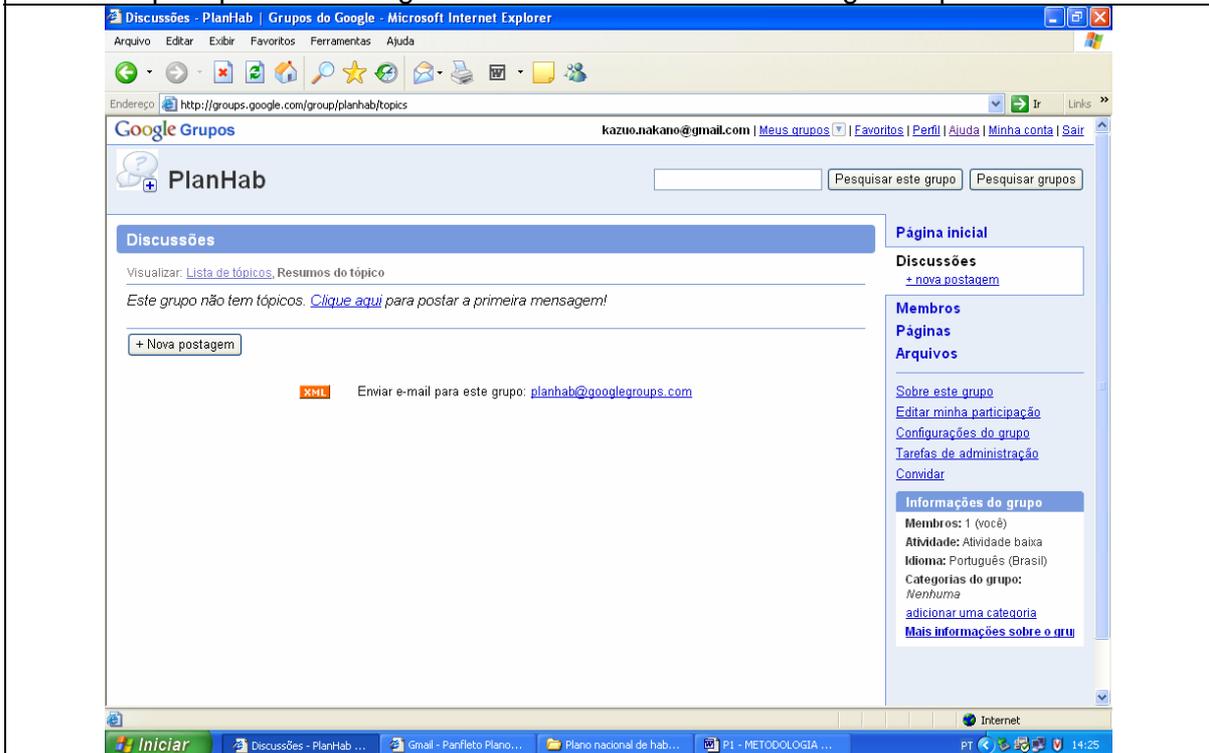
- as permissões para visualização de conteúdos, criação e edição de páginas de texto, envio de arquivos e mensagens;
- acesso à lista de participantes;
- inclusão de novos membros;
- permissões para editar páginas, enviar arquivos, postar mensagens e convidar novos membros.

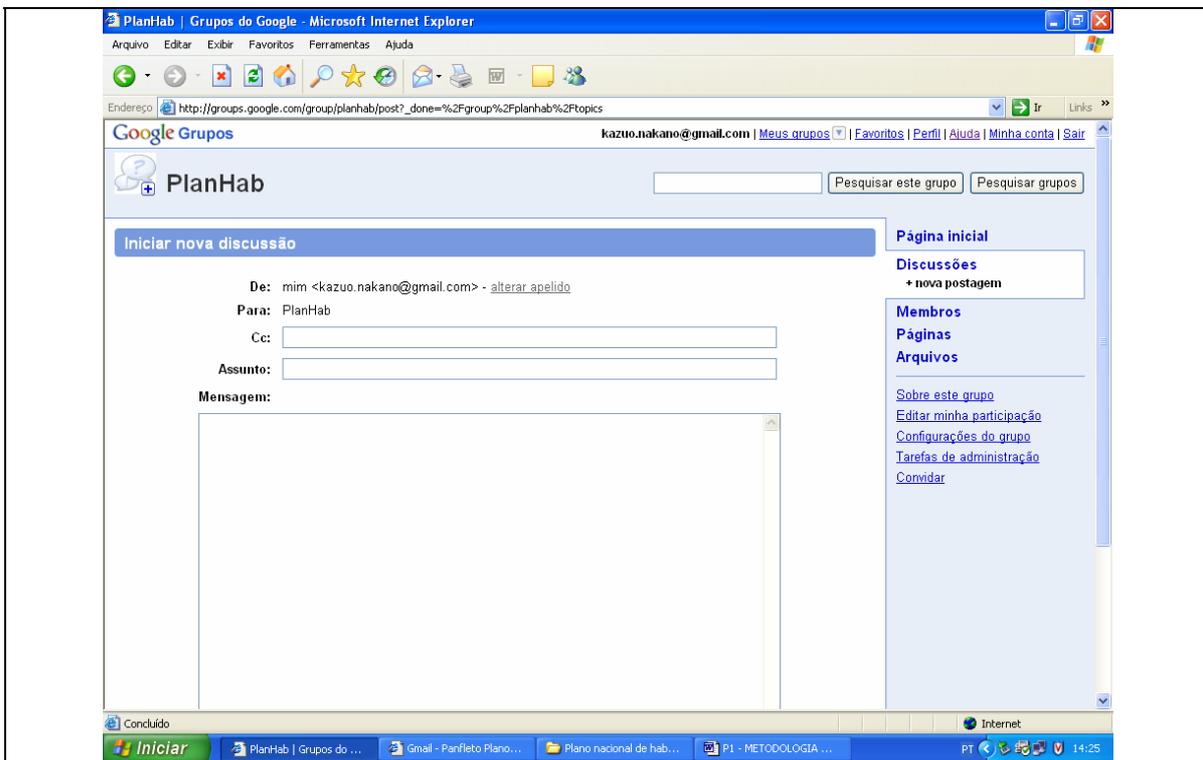
As ilustrações abaixo mostram as telas com os comandos existentes para executar essas tarefas de comunicação em rede. São comandos auto-explicativos e de fácil navegação.

A – Tela inicial do administrador do Google Grupo PlanHab com a mensagem inicial e os comandos na faixa azul-claro localizada no lado direito.

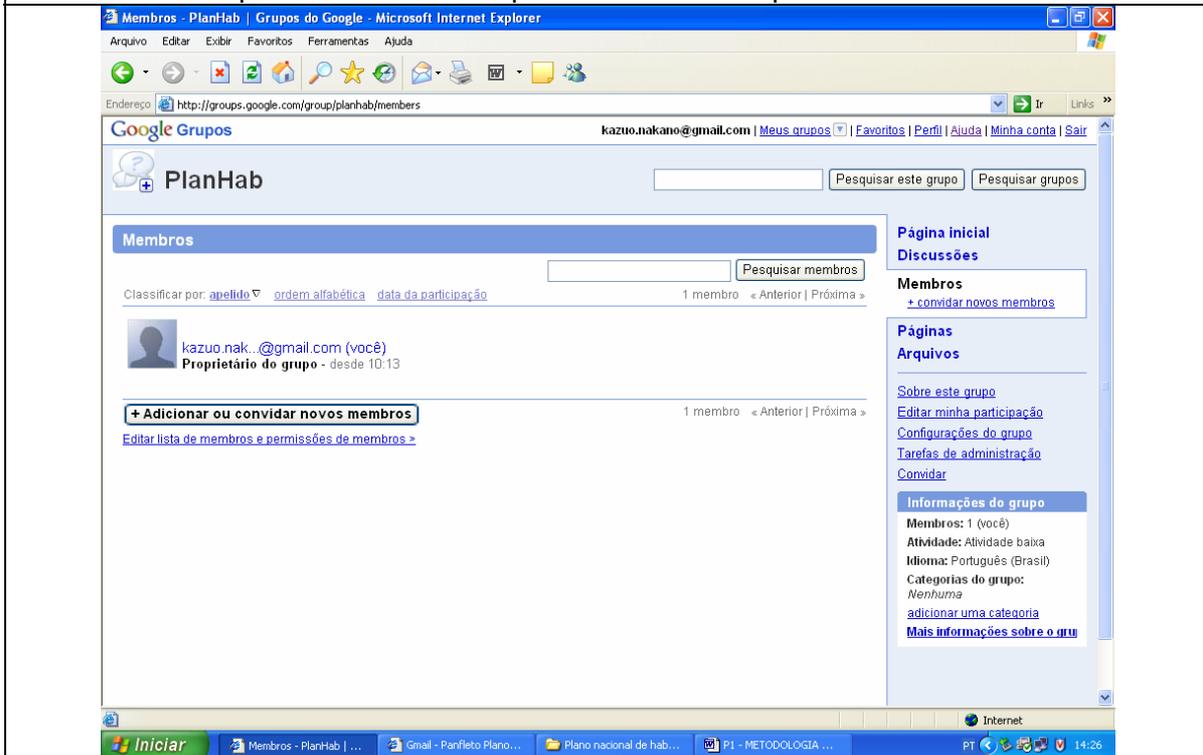


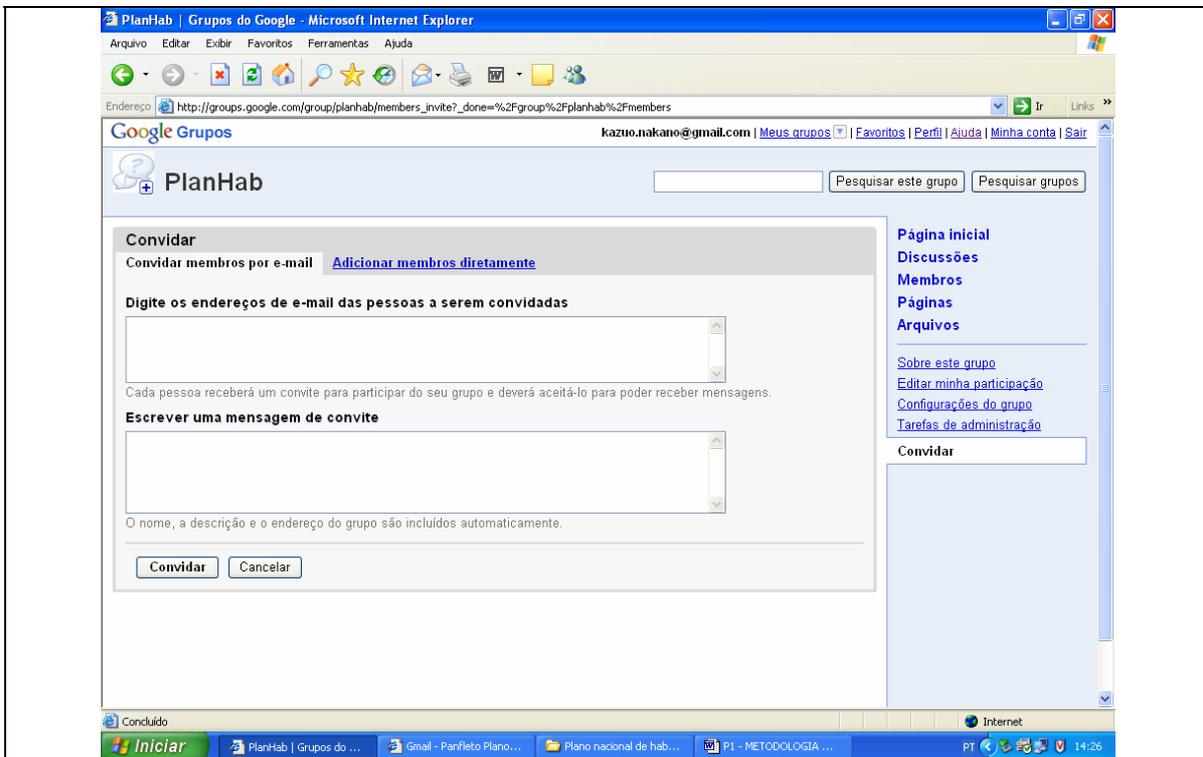
B – Telas para postar mensagens a todos os membros do Google Grupo PlanHab.



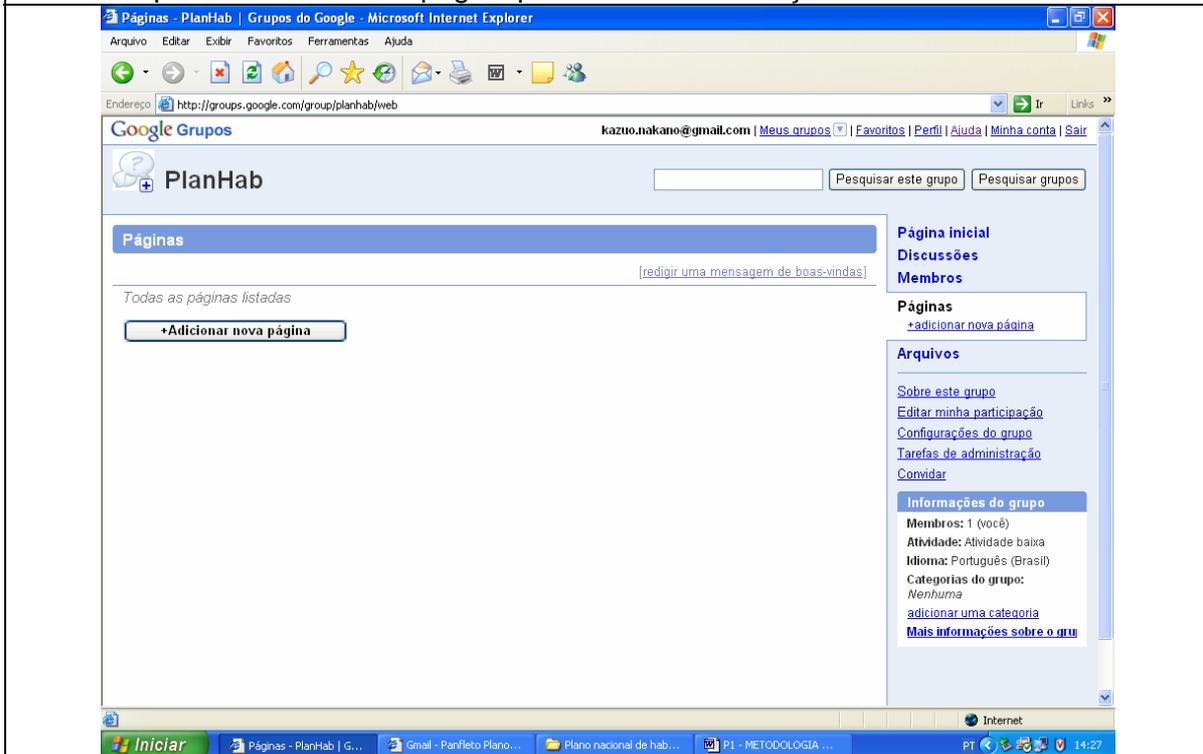


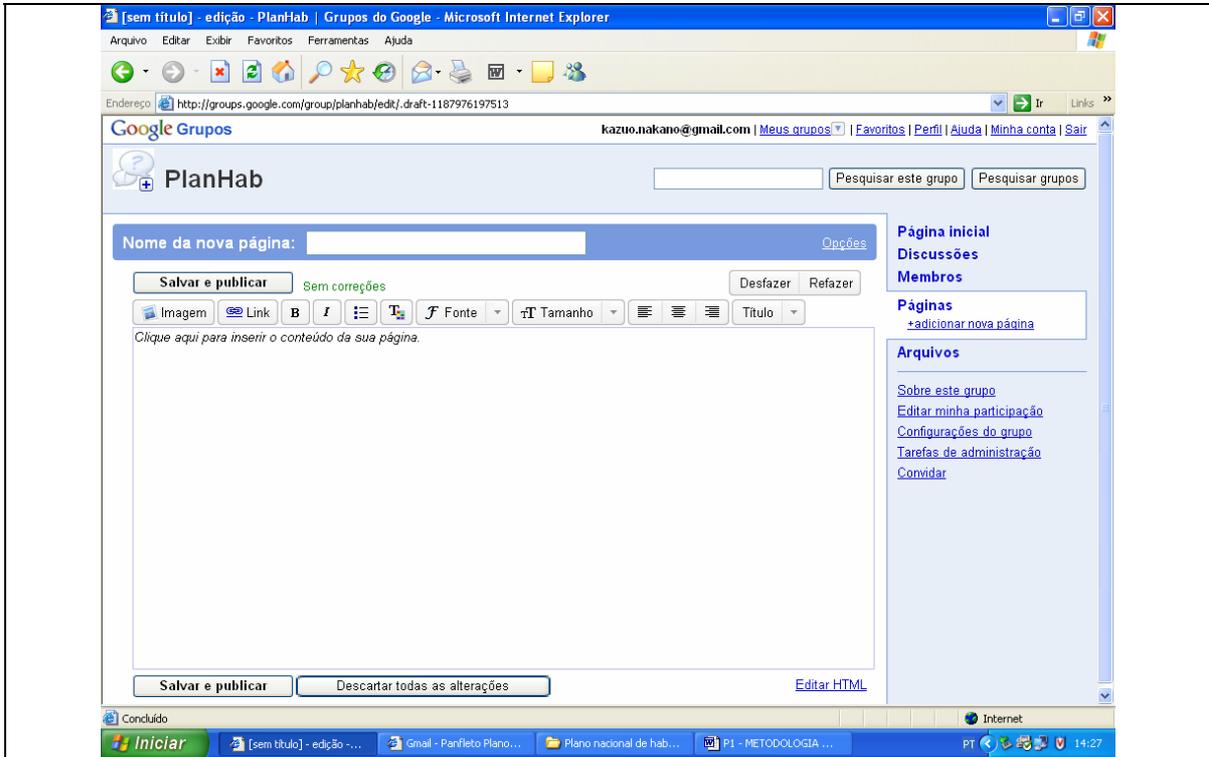
C – Telas para adicionar ou convidar novos membros para o Google Grupo PlanHab. Esses membros podem incluir dados pessoais e suas respectivas fotos.



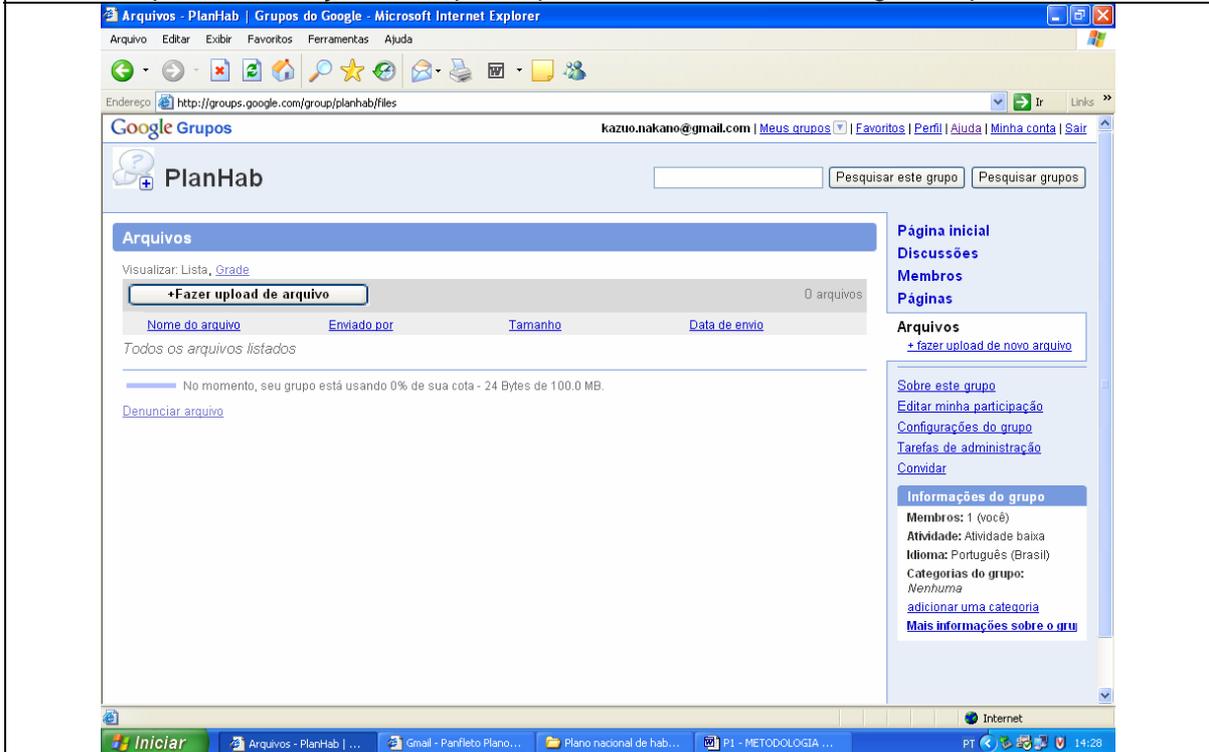


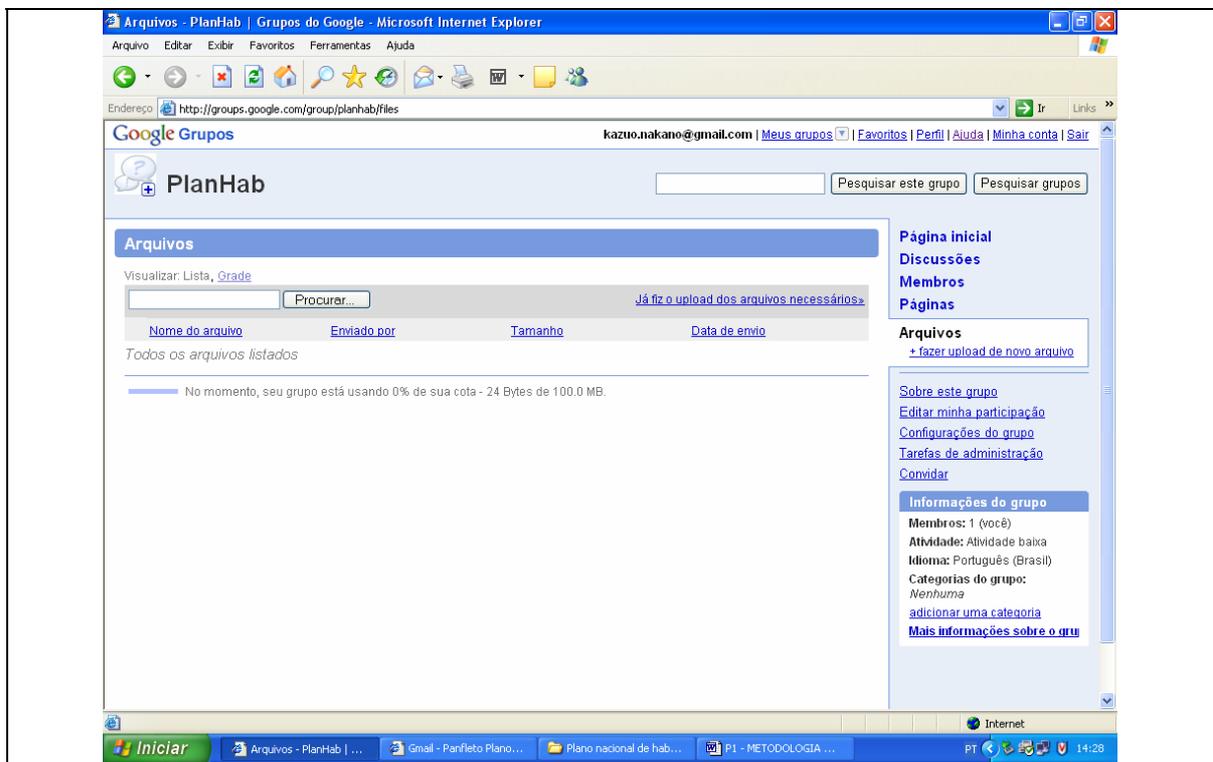
**D – Telas para adicionar nova página para discussão e edição coletiva de textos.**



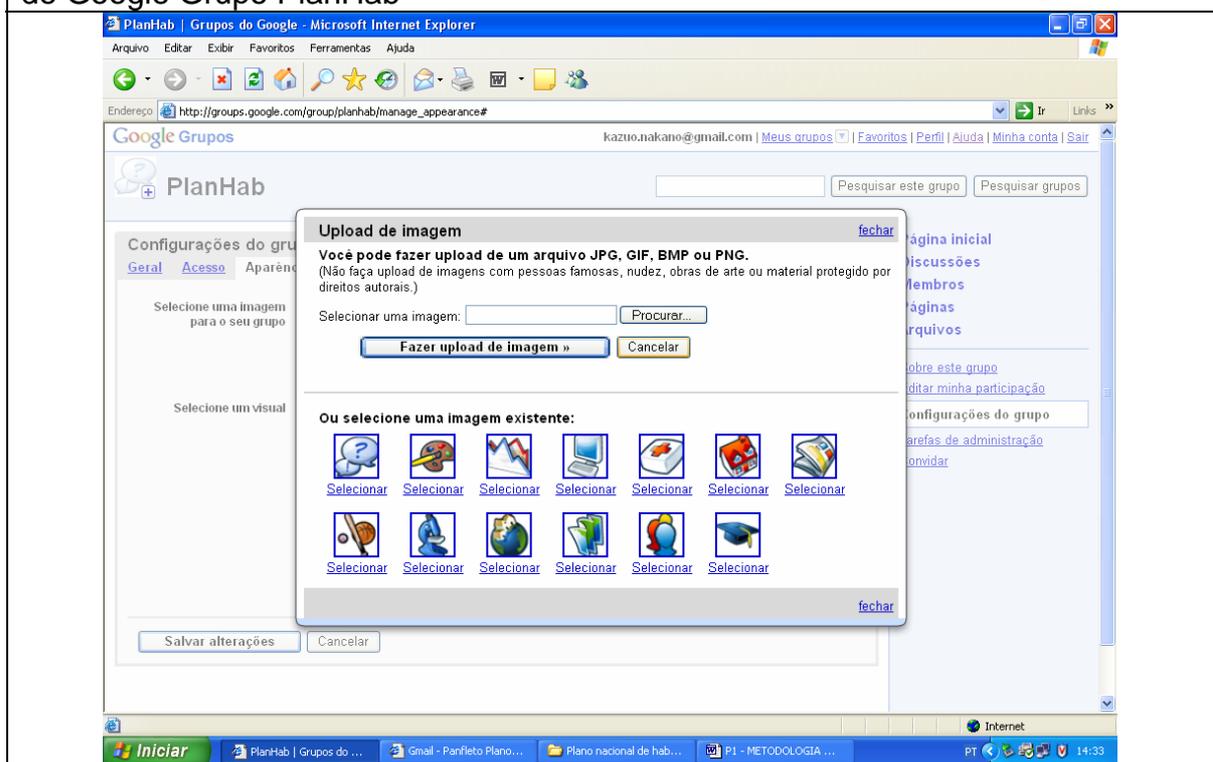


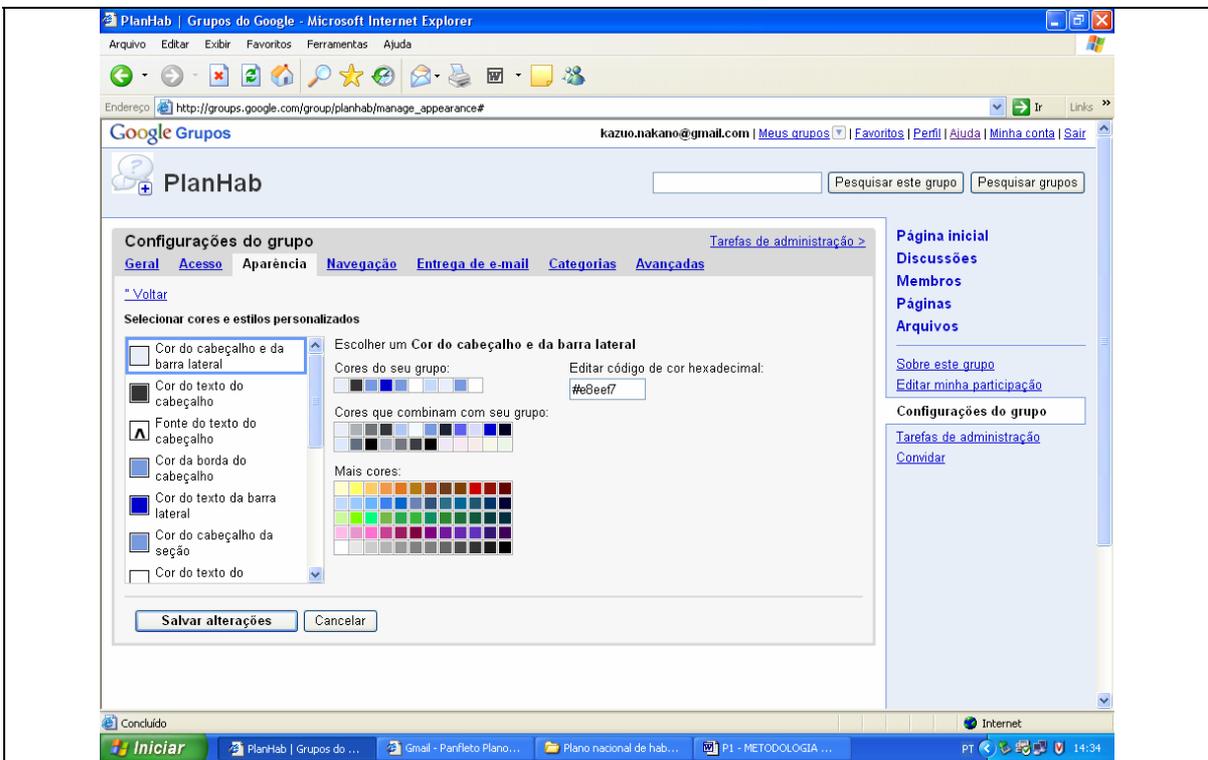
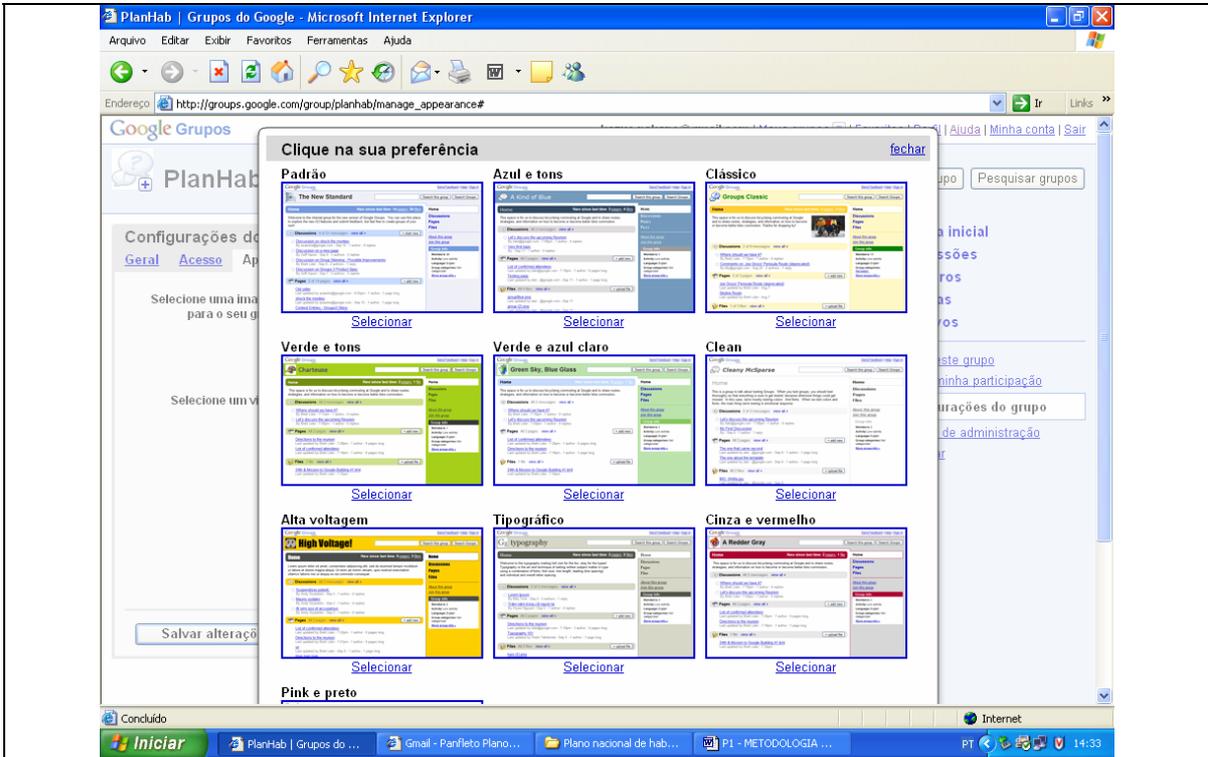
### E – Telas para distribuição de arquivos para os membros do Google Grupo PlanHab





**F – Telas para incluir logotipos e configurar fontes e a aparência geral das telas do Google Grupo PlanHab**





### **3.1.2. Oficina virtual**

A Oficina Virtual será restrita ao Grupo técnico de acompanhamento no Governo Federal (GT) e aos profissionais que integram a equipe de consultores constituída para elaborar o PlanHab. O administrador do Google Grupo PlanHab poderá também gerenciar a Oficina Virtual. Essa ferramenta estará alocada no provedor do Instituto Via Pública. O acesso será controlado e enviado por e-mail para cada um dos participantes. Os profissionais que integram a equipe de consultoria e os membros do GT terão senhas individuais.

Essas senhas darão acesso aos seguintes recursos:

- diretórios com pastas para armazenamento de arquivos confidenciais;
- mural para divulgação de informes via mensagens encaminhadas para os endereços eletrônicos cadastrados;
- biblioteca, organizada por temas, que pode ser utilizada para disponibilizar textos de referência, documentos para consulta, imagens, mapas, bancos de dados, legislações, entre outros materiais digitais.
- agenda para marcar reuniões, entrega de produtos e outras atividades de trabalho.

A Oficina Virtual encontra-se em fase de testes e ajustes finais.

### **3.2. Modelos editoriais e materiais gráficos**

Cada etapa pública de discussão deverá contar com o apoio de material impresso preparado especificamente para esse fim.

Como foi apresentada anteriormente, a discussão pública tem como foco os canais institucionais de participação instituídos em nível federal (Conselho da Cidade, Conselho Curador do FGTS e Conselho Gestor do FNHIS), o Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação e a Associação Brasileira de Cohab – que agregam representações de todas as unidades da federação.

As etapas previstas de discussão com essas instâncias focalizam três momentos da elaboração do PlanHab. Para cada uma delas serão confeccionados materiais de discussão e divulgação, apresentados nos itens 3.2.1 a 3.2.3 a seguir.

Por fim, na conclusão dos trabalhos e em posse de versão definitiva, prevê-se a elaboração de uma publicação com a versão final ou a confecção de uma cartilha para a divulgação do Plano.

#### **3.2.1 – Etapa de Sensibilização: apresentação da proposta – PlanHab**

Nesta etapa anuncia-se o início dos trabalhos. É o momento em que as instâncias estão sendo convidadas a se tornarem interlocutoras na elaboração da proposta.

O material de apoio nessa fase dos trabalhos deve transmitir os conceitos básicos assumidos para a elaboração do Plano, a base legal em que esta se

apóia, a concepção do Plano Nacional de Habitação, seus objetivos, horizonte temporal e, ainda, apresentar um calendário preliminar de trabalho.

Para essa etapa inicial dois materiais foram elaborados:

1.1 Folder (anexo 2) a ser distribuído em todas as reuniões dessa etapa de trabalho. Trata-se de material geral que poderá servir para a divulgação do Plano em outras atividades que os membros da SNH, do Grupo de Acompanhamento e da consultoria participarem.

O folder foi diagramado em folha A4 dobrada e conta os seguintes subtítulos:

- Planejando o enfrentamento das necessidades habitacionais no país
- Objetivos do PlanHab
- 2023: horizonte temporal do PlanHab
- Processo participativo do PlanHab
- Calendário das principais atividades de participação

Caso se mostre necessário, é possível criar variantes do folder para incluir as etapas de andamento do trabalho.

1.2 Apresentações em power point a serem utilizadas como guia à apresentação por parte da Secretária Inês Magalhães, nas quatro reuniões organizadas com os Conselhos e com o Fórum dos Secretários Estaduais. A apresentação segue os mesmos itens de conteúdo descritos para o folder.

2 - Etapa de apresentação do contexto e dos cenários relacionados à problemática habitacional no país, com o aprofundamento de cenários e estratégias.

Nesta etapa, será apresentada uma síntese do estágio de andamento das análises elaboradas, em conjunto com o corpo de consultores do Plano, no que se refere à construção de tendências e cenários para 2023 e em relação à contextualização dos vários aspectos relativos à questão habitacional no país. Pretende-se ainda, incluir algumas informações específicas dos Estados de cada região de maneira a completá-los, quando for o caso, com o auxílio dos governos estaduais.

Esse material, devidamente discutido com a SNH, resultará em um caderno de textos, ilustrado por tabelas e gráficos, em formato A4 dobrado, com cerca de, no máximo, 50 páginas (ver proposta no anexo 3) que poderá variar em seu conteúdo em função das 5 regiões definidas para os seminários.

Deverá ser uma publicação simples, sem muita sofisticação gráfica, porque seu objetivo é servir de subsídio às discussões nos seminários regionais e mostrar o andamento dos trabalhos. Terá como público-alvo os participantes das discussões regionais e das reuniões intermediárias com os conselheiros e com os secretários estaduais (posteriores aos eventos regionais). Deverá ter tiragem limitada, tomando-se como parâmetro para a definição de cada tiragem, o número de participantes de cada seminário. Os cadernos deverão ser impressos pela SNH.

Adota-se, no momento, para fins de planejamento da atividade, que o conjunto de leituras serão apresentadas seguindo os vários eixos de análise estabelecidos para a elaboração desta etapa do PlanHab. São eles:

- Marco macroeconômico e papel da cadeia produtiva da construção civil
- Fontes de recursos e financiamento habitacional
- Quantificação das necessidades habitacionais
- Produção e oferta da moradia
- Assentamentos precários e favelas
- Questão urbana e fundiária
- Arranjos institucionais e da gestão habitacional.

### 3 - Etapa de apresentação da versão do Plano para discussão

Nesta última etapa de discussão pública prevê-se a elaboração de publicação com a versão do PlanHab completa, a ser apresentada e discutida com as instâncias de participação.

Prevê-se a elaboração de um caderno em formato maior – A4 – que contenha os cenários e os principais elementos de contextualização e apresente o conteúdo do Plano, que deverá versar sobre:

- metas quantitativas para enfrentar as necessidades habitacionais no país e por unidades da federação;
- recursos e gestão financeira do PlanHab: fontes de recursos, natureza dos recursos, composição dos recursos e subsídios, recursos necessários para cumprir as metas estabelecidas;
- mecanismos financeiros e instrumentos de articulação entre fontes de recursos;
- critérios para a alocação regional de recursos, identificando áreas prioritárias de intervenção e a definição de categorias do público-alvo a ser beneficiado;
- mecanismos e instrumentos de regulamentação e fomento à produção de mercado e ampliação da cadeia produtiva da construção civil;
- quadro com as linhas programáticas, programas, subprogramas, objetivos específicos, metas físico e de recursos necessários, agentes responsáveis e fontes de recursos;
- modelo de gestão a ser adotado para a implementação do PlanHab, papel dos agentes públicos, privados e sociais;
- estruturas e mecanismos institucionais de participação e controle social;
- mecanismos e instrumentos de articulação do Plano Nacional de Habitação com outros planos, programas e ações na área de habitação nos níveis subnacionais de governo e entre setor público e privado e demais agentes sociais;
- indicação dos elementos para a constituição de um modelo do sistema de monitoramento e avaliação;

- mecanismos e ações de desenvolvimento institucional indicando as principais ações de capacitação e de elaboração de estudos a serem contratados para subsidiar a revisão do Plano.

#### 4 - Etapa de apresentação do PlanHab (versão final)

Com a conclusão dos trabalhos de elaboração da proposta do PlanHab e a consolidação da sua versão final para publicação nos meios oficiais do governo federal, prevê-se a produção de documento contendo a versão final diagramada ou uma cartilha que apresente os principais componentes do Plano de forma didática e de fácil compreensão para um público mais amplo.

## **Anexo 1**

### **Quadro do processo participativo**



## **Anexo 2**

### **Folder**

## Calendário das principais atividades de participação

# Plano Nacional de Habitação

 PlanHab

### 2º semestre de 2007

- Reuniões iniciais com o Conselho das Cidades (ConCidades), o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) e o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CGFNHIS)
- Reunião com o Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação e a Associação Brasileira de Cohabs (ABC)
- Seminários regionais nas cinco regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste
- Reunião conjunta do ConCidades, Conselho Curador do FGTS – CCFGTS e Conselho Gestor do FNHIS –CGFNHIS

### 1º semestre de 2008

- Seminário Conjunto do ConCidades, Conselho Curador do FGTS – CCFGTS e Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS
- Seminário com o Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação e a Associação Brasileira de Cohabs (ABC)
- Atividades contínuas: *Seminários com especialistas em habitação e áreas afins*
- **Finalização do PlanHab: 1º semestre de 2008.**

### Planejando o enfrentamento das necessidades habitacionais no país

O governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, está iniciando a elaboração do **Plano Nacional de Habitação (PlanHab)**, etapa essencial para a implantação da nova Política Nacional de Habitação. O **PlanHab** vem se somar a um conjunto de ações e medidas de natureza institucional, econômica e jurídica que têm por objetivo dar corpo e consistência ao Sistema Nacional de Habitação.

Nesse conjunto de ações e medidas, destaca-se a aprovação da Lei Federal 11.124/05 – projeto de lei de iniciativa popular – que instituiu o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS) e seu Conselho Gestor, criando as condições legais e institucionais de para a consolidação do setor habitacional como política de Estado. A adesão de prefeituras e governos estaduais ao SNHIS é condição necessária para o fortalecimento da nova organização institucional do setor, tendo como compromisso a elaboração de seus Planos de Habitação de Interesse Social, além da constituição do Fundo de Habitação de Interesse Social e seu Conselho Gestor.

No momento em que o governo federal, por intermédio do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), e o setor privado ampliam significativamente os recursos destinados à habitação, o **PlanHab** cumpre a indispensável tarefa de planejar as ações públicas e privadas para médio e longo prazos, num horizonte de 16 anos, com o propósito de direcionar da melhor maneira possível os recursos existentes e a serem mobilizados para enfrentar com eficácia as necessidades habitacionais do país.

Por meio do **PlanHab** será criada uma estratégia consistente para articular as instâncias de governo e superar a atomização das ações, projetos e programas habitacionais. Neste sentido, será essencial estabelecer novos arranjos institucionais, articular as fontes de recursos públicos, criar as condições para ampliar a atuação do setor privado e mobilizar os movimentos sociais para contribuir, dentro dos objetivos da Política Nacional de Habitação, para superar um dos mais dramáticos problemas nacionais.

Para o desenvolvimento da proposta técnica do **PlanHab**, o Ministério das Cidades contratou, em processo licitatório, o consórcio constituído pelo Instituto Via Pública, Fupam/LabHab-FAU-USP e Logos Engenharia, que deverá trabalhar de modo coerente com a metodologia participativa sugerida.

Nesta perspectiva, um dos elementos estruturadores da elaboração do **PlanHab** é a montagem de um processo de interlocução com a sociedade e com os entes federativos, por meio de diferentes instâncias institucionais vinculadas ao Sistema Nacional de Habitação, contemplando os vários segmentos sociais e a diversidade regional do país. Por meio de seminários regionais, reuniões técnicas, oficinas e consultas aos conselhos de participação e controle social relacionados com o tema – Conselho das Cidades, Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo do Serviço (FGTS) e Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – espera-se formular uma proposta coerente e pactuada por todos. Para isto é fundamental a sua participação.



Secretaria Nacional de Habitação

Ministério das Cidades



 PlanHab



## Objetivos do PlanHab

- **Elaborar cenários** que levem em conta os indicadores macroeconômicos (PIB, inflação, emprego e renda), o crescimento demográfico, a evolução das necessidades habitacionais, a receita das várias fontes de financiamento habitacional e as perspectivas de atendimento dos programas habitacionais existentes e previstos;
- **Fixar metas físicas e financeiras**, com base em prioridades e critérios regionais e de acordo com o perfil do déficit habitacional;
- **Estabelecer a forma de articulação dos recursos** dos três níveis de governo na implementação dos programas e projetos habitacionais, materializada no Sistema Nacional de Habitação;
- **Propor uma nova articulação institucional** do conjunto de atores públicos, privados e demais agentes sociais afetos ao setor habitacional, a partir do Sistema Nacional de Habitação (SNH), de forma a garantir que possam cumprir seus papéis na implementação do PlanHab;
- **Formular os mecanismos e instrumentos de regulamentação e fomento** à produção de mercado e ampliação da cadeia produtiva;
- **Articular os programas** de caráter nacional e linhas de financiamento nas quais sejam consideradas as diversas fontes de recursos a serem utilizadas;
- **Definir as diretrizes para priorizar** o atendimento da população de baixa renda, garantindo *mix* entre recursos onerosos e subsidiados para focalizar os segmentos onde se concentra o déficit;
- **Desenvolver outros critérios**, além da renda familiar, para definir a faixa prioritária de atendimento, como a renda familiar per capita e a indicação de grupos conforme sua capacidade de pagamento em relação aos custos de financiamento das diferentes fontes de recursos;
- **Orientar a elaboração dos planos** habitacionais de âmbitos estadual e municipal.

## 2023: horizonte temporal do PlanHab

O **PlanHab** é parte de um processo de planejamento habitacional, que pressupõe revisões periódicas e articulação com outros instrumentos de planejamento e orçamento, como o Plano Plurianual (PPA). Deverá ser realimentado por avaliações e monitoramentos periódicos da política habitacional.

Para sincronizar o **PlanHab** com a elaboração dos PPA's, seu horizonte final é o ano de 2023, prevendo-se revisões periódicas em correspondência aos anos de elaboração dos PPA's: 2011, 2015 e 2019.

## Processo participativo do PlanHab

O **PlanHab** deve resultar de um amplo processo participativo, capaz de contemplar as várias instâncias de controle social que atuam no setor habitacional e de garantir uma interlocução privilegiada com os entes federativos e os representantes das diferentes regiões do país. Os principais interlocutores na formulação do Plano deverão ser:

- **Os canais institucionais de controle social e participação**, como o ConCidades e seu Comitê Técnico de Habitação, além do Conselho Curador do FGTS – CCFGTS e do Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS;
- **Fórum dos Secretários Estaduais** de Habitação e **ABC** – Associação Brasileira de Cohabs;
- **Grupo de acompanhamento do PlanHab** – formado por representantes do governo federal, dos entes federativos e dos vários segmentos sociais que integram o ConCidades, o CCFGTS e o CGFNHIS;
- **Oficinas** com segmentos sociais específicos, como movimentos de moradia, empresários, sindicatos, categorias profissionais etc.;
- **Seminários** com especialistas do setor habitacional e áreas afins;
- **Cinco seminários nas regiões** Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste como momentos de participação e consulta à sociedade.

**Anexo 3**  
**Caderno de textos**

# Plano Nacional de Habitação

Caderno de textos:  
**contextualização  
e cenários**



Secretaria Nacional  
de Habitação

Ministério  
das Cidades



## Sumário

Marco macro-econômico e papel da cadeia produtiva da construção civil _____	<b>3</b>
Fontes de recursos e financiamento _____	<b>5</b>
Necessidades habitacionais _____	<b>9</b>
Produção e oferta habitacional _____	<b>15</b>
Assentamentos precários e favelas _____	<b>21</b>
Questão urbana e fundiária _____	<b>23</b>
Arranjos institucionais _____	<b>25</b>

# 1

## Marco macro-econômico e papel da cadeia produtiva da construção civil

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue duis dolore te feugait nulla facilisi. Nam liber tempor cum soluta nobis eleifend option congue nihil imperdiet doming id quod mazim placerat facer possim assum.

	Nº de Oper.	%/ total	Total Repasse	%/ total	Valor médio da operação
<b>Norte</b>	569	12	120.138.183,27	15	211.139,2
<b>Nordeste</b>	1746	37	275.562.104,49	34	157.824,8
<b>Centro-oeste</b>	650	14	172.197.910,49	21	264.919,9
<b>Sul</b>	889	19	67.833.516,23	8	76.303,17
<b>Sudeste</b>	903	19	180.137.965,49	22	199.488,3
<b>Total</b>	4757	100	815.869.679,97	100	171.509,3

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue dui dolore te feugait nulla facilisi. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat.

Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue dui dolore te feugait nulla facilisi. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat.

Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue dui dolore te feugait nulla facilisi. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at.

Vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue dui dolore te feugait nulla facilisi. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Autem vel eum iriure dolor in hendrerit in vulputate velit esse molestie consequat, vel illum dolore eu feugiat nulla facilisis at vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue dui dolore te feugait nulla facilisi. Vero eros et accumsan et iusto odio dignissim qui blandit praesent luptatum zzril delenit augue dui dolore te feugait nulla facilisi. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

